



Universidade de Brasília

Ministério da
Educação



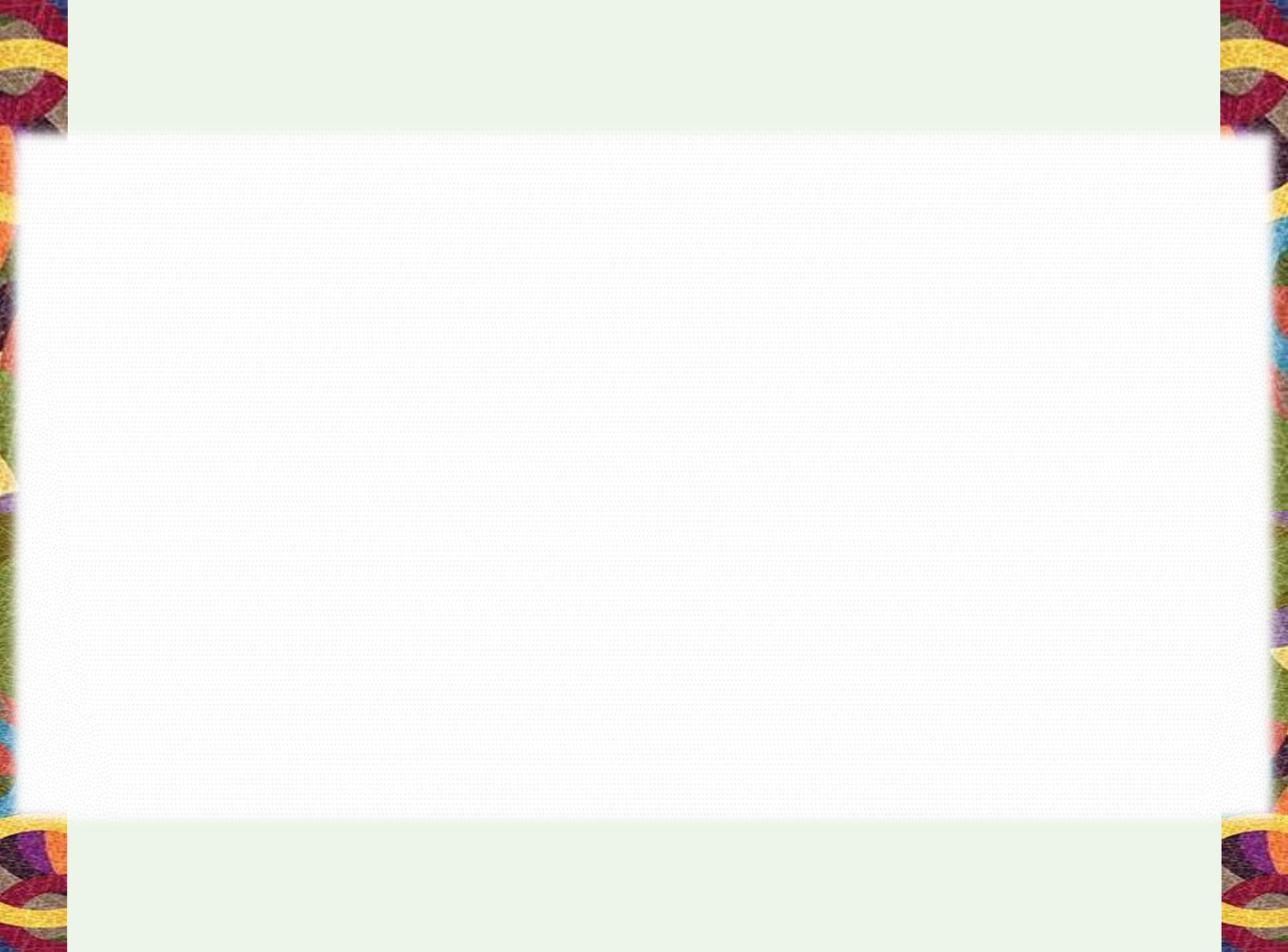
CURSO de DOCÊNCIA na SOCIOEDUCAÇÃO

Edição 2014

Profª Drª Cynthia Bisinoto
Universidade de Brasília

Contextualização

- ❑ Parceria Universidade de Brasília (UnB/FUP) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).
- ❑ Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR).
- ❑ Proposta concebida coletivamente por *professores da UnB* (Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Política Social e Educação) e *profissionais* das Secretarias de Educação/DF e da Criança/DF, com *colaboração de gestores* das SEEs, MEC, MDS, SDH.



Fundamentação

Processo de formação continuada e em serviço
*como uma possibilidade de construir novos cenários
de interlocução, de revisão das ações e de
reconstrução de sentidos, favorecido por uma
prática reflexiva constantemente alimentada pela
produção científica.*

Fundamentação

Delimitando espaços, estabelecendo conexões:

Socioeducação

- ◎ Educação
- ◎ Escola
- ◎ Docência
- ◎ Processo ensino-aprendizagem
- ◎ Desenvolvimento humano

Fundamentação

FOCO NO PROFESSOR, NA DOCÊNCIA, NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

- ❑ Convite à reflexão, à releitura das concepções, das ideias e das práticas, à transformação do olhar.
- ❑ Revisão e reelaboração das práticas docentes, construção de novos posicionamentos profissionais.

Fundamentação

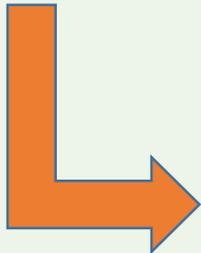
Identidade profissional docente



**Professores vinculados a programas de
atendimento socioeducativo**



**Mediadores dos processos de aprendizagem
e de desenvolvimento dos adolescentes
autores de atos infracionais**



promover a aprendizagem dos adolescentes e o seu desenvolvimento mais complexo; contribuir para a construção de novos projetos de vida.



DOCÊNCIA na SOCIOEDUCAÇÃO

Curso de Aperfeiçoamento

Objetivo do Curso

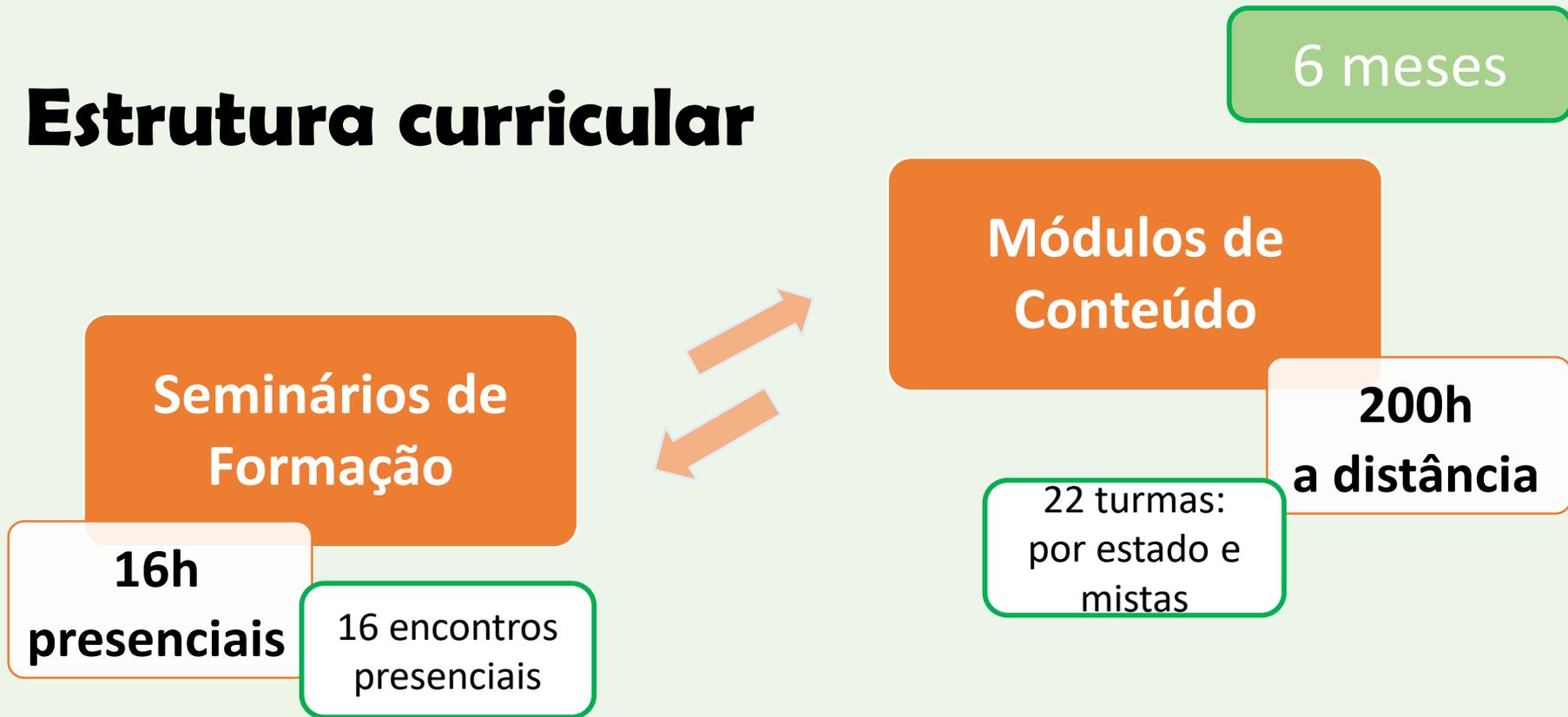
Oportunizar aos profissionais da educação básica transformações na *construção de sua identidade* e na sua *atuação profissional*, por meio da atualização e do aprofundamento teórico, conceitual e metodológico na área da educação, articulado às especificidades da política socioeducativa e dos parâmetros do SINASE.



DOCÊNCIA na SOCIOEDUCAÇÃO

Curso de Aperfeiçoamento

Estrutura curricular





Estrutura curricular

Eixos temáticos

Eixo I: *Iniciando o curso: a Docência na Socioeducação*

Eixo II: *Eu, professor: identidade profissional docente*

Eixo III: *Das concepções às práticas: a docência em foco*

Eixo IV: *Adolescência e Juventude: condições de desenvolvimento na história e na sociedade*

Eixo V: *Adolescência e direitos humanos: algumas interfaces*

Eixo VI: *Adolescente, professor e escola: potencializando essa relação*

Eixo VII: *Promoção do processo de escolarização: ideias e ações*





Atividades

Programação de leituras, atividades de estudo, memoriais autobiográficos, experiências de intervenção no contexto escolar, participação em fóruns de discussão, exercícios avaliativos, palestras e oficinas - *reflexão de temas teórico-conceituais e experiências de intervenção no contexto escolar.*

“Eles sempre futucam a gente a olhar assim ‘a orientação da atividade é pra que a gente pense, a gente vê a parte teórica e imediatamente a gente é remetido a pensar na nossa prática’” (Isa, BA)



Docência na Socioeducação

SUMÁRIO

Apresentação	5
Bem-vindas	7
Eixo I - Iniciando o curso: docência na socioeducação	9
Módulo 1 - Introdução ao Curso	13
Módulo 2 - Atualidade na América Latina	19
Eixo II - Eu, professor: identidade profissional docente	25
Módulo 1 - Conceitos e discussões sobre docência e profissional docente	29
Módulo 2 - Desenvolvimento de competências docentes	39
Módulo 3 - Competências pedagógicas para a docência: formação humana e o processo ensino-aprendizagem	53
Eixo III - Das concepções e práticas: a docência em foco	67
Módulo 1 - Invenção pedagógica: ensino e aprendizagem e desenvolvimento	71
Módulo 2 - A função social da escola e suas especificidades da realidade pedagógica	87
Módulo 3 - Reflexões das competências de docência em contextos educacionais e na prática docente	97
Eixo IV - Adolescência e juventude: condições e desenvolvimento na história e na sociedade	113
Módulo 1 - Adolescência e formação social	119
Módulo 2 - Coexistência da violência e da exclusão social: a violência às mulheres	127
Módulo 3 - O estigma da "menor idade" e a criminalização da adolescência no Brasil	147
Módulo 4 - Participação Política Juvenil	161
Eixo V - Adolescência e direitos humanos: alguns marcos referenciais	177
Módulo 1 - Os direitos humanos das adolescentes: estudos, intervenções e legislação brasileira	181
Módulo 2 - O Sistema de Garantia de Direitos e o paradigma de proteção integral da adolescência	195
Módulo 3 - Bases e fundamentos da Socioeducação no Sistema Sociotutelar no Brasil	205
Eixo VI - Adolescência, professor e escola: potencializando essa relação	223
Módulo 1 - Os desafios da escola de anos iniciais: infância e o trabalho das metodologias sociotutelares	229
Módulo 2 - A escola como espaço de formação e garantia de direitos	245
Módulo 3 - Direitos orientados na prática pedagógica em Direitos Humanos	257
Módulo 4 - A prática pedagógica em Direitos Humanos: participação e responsabilidade na sociedade	275
Eixo VII - Promoção do processo de escolarização: ideias e ações	289
Módulo 1 - A escola e a realidade em relação aos sujeitos: desafios, intervenções e o trabalho de proteção social	293
Módulo 2 - Organização da escola pedagógica: planejamento e processo de escolarização na socioeducação	309
Módulo 3 - Metodologias ativas de ensino e aprendizagem: projetos, problemas e lutas	321
Módulo 4 - Coexistência de práticas pedagógicas diversas	325
Palavras finais	345

IMPORTANTE!

A construção da identidade profissional tem como base as relações existentes entre o campo específico de atuação, mas também a história pessoal e a vida social mais ampla.

É importante reconhecer que a identidade profissional tem um sentido social e pessoal, mutuamente constitutivos e consolidados pela definição do campo de atuação e do domínio dos saberes que caracterizam essa atuação.

ATIVIDADE DE ESTUDO 1

Vamos pausar um pouco e imaginar algumas situações profissionais às quais os professores estão sujeitos como: trabalhar em vários locais para assegurar um salário razoável, trabalhar à noite e em casa durante os finais de semana, trabalhar em locais onde as condições de trabalho não são boas. Dissemos que esses também são fatores que influenciam a identidade profissional. Outros aspectos também contribuem para a construção dessa identidade.

Agora, escreva o que significa a expressão identidade profissional, no seu modo de ver e viver. Resolva sua resposta.

É bem possível que a definição que você deu esteja relacionada à sua forma de trabalhar, porque a sua identidade profissional relaciona-se com a sua pessoa. E essas características acabam aparecendo, também, nos momentos da história da sua vida como professor(a).

Pense no seu trabalho cotidiano. Lembra-se do jeito como você fala, dos seus gestos; da forma como organiza seu material, sua aula, sua rotina de atividades; das suas expectativas, dos seus desejos, dos seus sentimentos. Essas características também não estão presentes na sua vida pessoal?

MÓDULO 1

Adolescência como Fenômeno Social

Tatiana Yokoy de Souza
Maria Cláudia Lopes de Oliveira
Dayane Silva Rodrigues

Nesse primeiro módulo, queremos refletir com você, professor(a), sobre a noção de adolescência. Para muitos, a adolescência é considerada uma fase difícil do desenvolvimento da pessoa, na qual são vividas muitas mudanças importantes, o que, sob essa perspectiva, contribuirá para gerar conflitos com os pais e, algumas vezes, também na escola. Desse modo, gostaríamos de propor algumas reflexões, com o propósito de, juntos, podermos ultrapassar essa visão.

Sugerimos que você registre algumas das respostas que você deu aos questionamentos ao lado para que, quando estivermos debatendo no fórum de discussão, você veja em que medida suas percepções se aproximam ou diferem das dos demais professores!

A compreensão da adolescência que queremos compartilhar é da adolescência como um fenômeno sociocultural. Como fenômeno da cultura, a adolescência foi construída e continua a ser transformada ao longo da história da nossa sociedade. Com isso, queremos afirmar que a adolescência não pode ser reduzida aos eventos

naturais de crescimento biológico (isso corresponde à puberdade) e tampouco a uma simples fase de vida, marcada por comportamentos típicos. Às vezes, estamos tão acostumados a uma realidade na qual os adolescentes estudam, divertem-se e sonham, que podemos esquecer que este quadro é diferente de outras sociedades, grupos ou culturas. E esquecemos que cada adolescente é diferente do outro!

PARA REFLETIR

- O que é ser adolescente?
- Como se dá a passagem da infância à adolescência?
- A adolescência ocorre da mesma forma em todos os grupos?

- Página inicial do site
- Meu perfil
- Curso atual
- ▼ **Docência na Socioeducação**
 - Participantes
 - Relatórios
- Meus cursos

Configurações

- ▼ Administração do curso
 - Ativar edição
 - Editar configurações
 - Usuários
 - Cancelar a minha inscrição no curso
 - Docência na Socioeducação
- Filtros
- Notas
- Resultado da aprendizagem
- Backup
- Restaurar
- Importar
- Publicar
- Reconfigurar
- Banco de questões

- Mudar papel para...
- Minhas configurações de perfil
- Administração do site

Buscar

EIXO I - INICIANDO O CURSO: DOCÊNCIA NA SOCIOEDUCAÇÃO



Ambientação no Curso

Olá professor(a)! O período de ambientação no curso tem como objetivo ajudá-lo(a) a conhecer o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e iniciar a interação com seus colegas e tutor. Vamos iniciar?!

Período de realização: 14 a 27 de julho de 2014

- Roteiro de atividades do Eixo I
- Carta de Boas-Vindas da Coordenação
- Eixo I - Iniciando o curso: docência na socioeducação
- Fórum de Socialização

EIXO II - EU, PROFESSOR: IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE



Eixo II - Eu, Professor: Identidade Profissional Docente

Olá professor(a)! Neste eixo temático vamos explorar questões e temáticas relacionadas à identidade profissional docente. Vamos em frente?!

Período de realização: 28 de julho a 17 de agosto de 2014.

- Roteiro de Atividades do Eixo II
 - Eixo II - Eu, professor: identidade profissional docente
 - Fórum de Discussão - Eixo II
 - Exercícios Avaliativos - Eixo II
- Acesso restrito: 'Disponível de 4 agosto 2014 até 17 agosto 2014, 23:55.'

Encontros presenciais e oficinas



Bahia
Distrito Federal
Maranhão
Minas Gerais
Pará
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul
São Paulo



Participantes

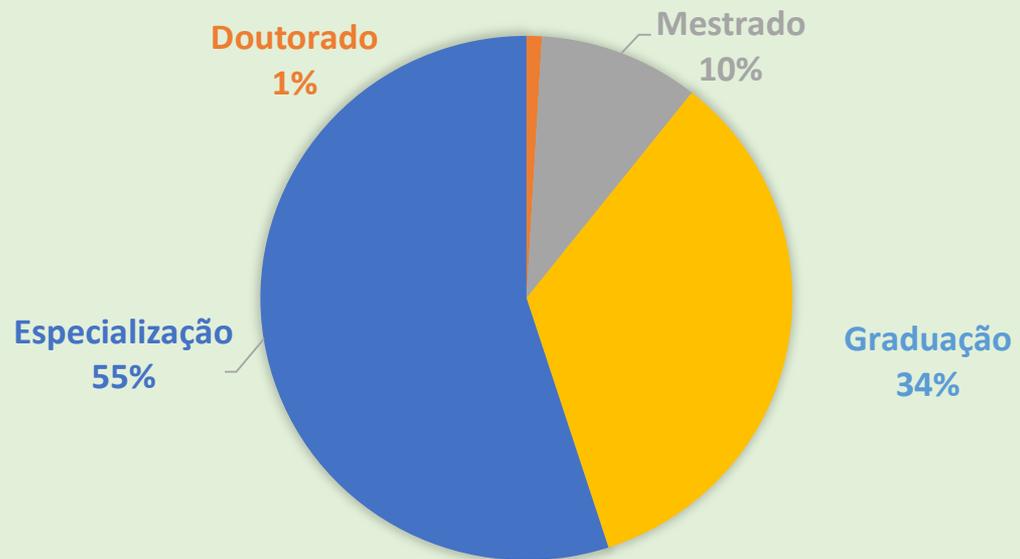
Estado	Vagas	Inscritos	Nunquistas
BA	50	70	2
DF	100	120	27
MA	50	55	7
MG	75	103	7
PA	50	52	7
RJ	75	78	5
RS	50	66	6
SP	100	106	16
TOTAL	550	650	77

(573)

Aprovados	Reprovados	Desistentes	TOTAL
450	94	29	573
78,5%	16,4%	5,1%	100%

Perfil dos Participantes

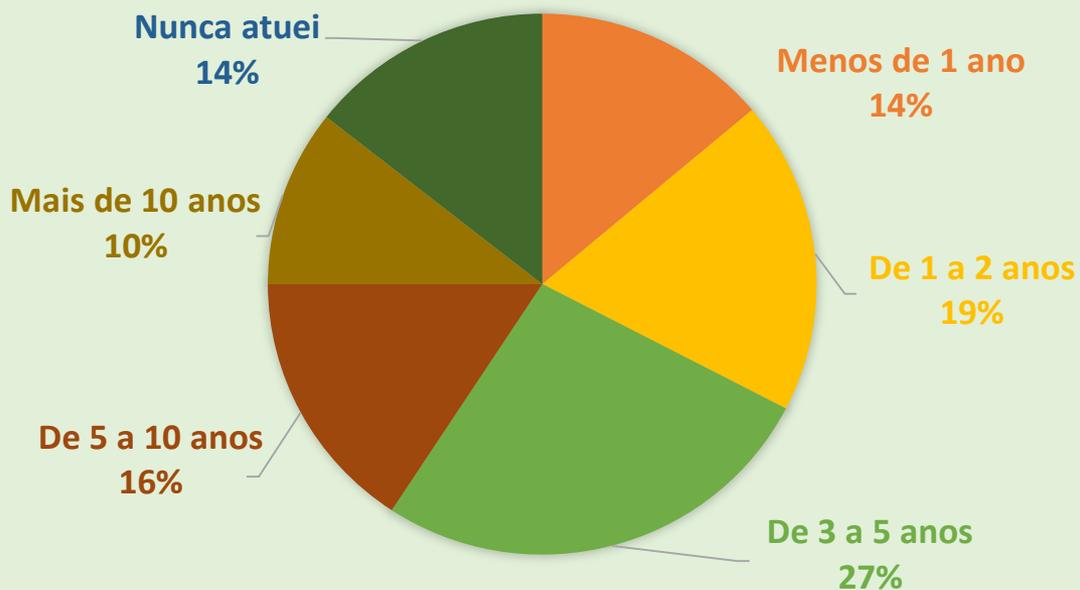
ESCOLARIDADE



- 74% do sexo feminino
- 68% têm até 45 anos de idade
- 65% atuam em internação - masculina (61%)
- 54% trabalham em escolas com até 250 alunos

Perfil dos Participantes

TEMPO DE DOCÊNCIA NA SOCIOEDUCAÇÃO



Já fez curso sobre/em socioeducação	%
Sim	28,5
Não	71,5

Dificuldades com o uso do Moodle	%
Sim	13,7
Pouco	30,1
Não	55,8
Não se aplica	0,5



Desdobramentos

“Em relação ao nosso curso, alguns conteúdos eu já tinha visto na graduação. O diferencial é que rever esses conceitos e teorias associadas com a minha prática me trouxeram novas ressignificações tais como: a importância das concepções de desenvolvimento como norteadoras na minha prática em sala de aula. E é nesse ponto que percebo a importância do meu planejamento, pois enquanto professora caberá a mim, organizar, planejar situações educativas, desenvolver situações pedagógicas adequadas na mediação do conhecimento, ou seja, meu trabalho exige intencionalidade” (Professora do Rio Grande do Sul)



Desdobramentos

PARECER HOMOLOGADO
Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 11/6/2016, Seção 1, Pág. 42.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB)		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.		
RELATORA: Rita Gomes do Nascimento		
PROCESSO Nº: 23001.0000016/2014-11		
PARECER CNE/CEB Nº: 8/2015	COLEGIADO: CEB	APROVADO EM: 7/10/2015

I – RELATÓRIO

Histórico

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), por meio da Indicação CNE/CEB nº 2/2014, criou comissão especial para elaborar Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A comissão, composta pelos conselheiros Luiz Roberto Alves, presidente, Rita Gomes do Nascimento, relatora, José Fernandes Lima e Malvina Tania Tutiman, membros, foi instituída a partir de demanda apresentada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em sessão ordinária da CEB, do dia 30 de janeiro de 2014. Na ocasião, foram apresentados os resultados de um seminário nacional, realizado em novembro de 2013, organizado pela SECADI/MEC, em parceria com as instituições acima referidas, para discutir o tema e propor ações no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído por meio da Lei nº 12.594/2012.

A partir de então, as atividades desenvolvidas contaram com a colaboração de representantes da SDH/PR, da SECADI/MEC, do MDS, do CONANDA e da Universidade de Brasília (UnB) que, por meio de seus diferentes apoios, contribuíram com a construção destas Diretrizes.

Ao longo de um ano e oito meses de trabalho, a CEB promoveu e participou de várias atividades relacionadas ao assunto. Além de encontros da comissão da CEB, juntamente com os parceiros citados acima, foram realizadas três reuniões técnicas nas dependências do CNE, respectivamente nas datas de 13 de março e 17 de julho de 2014, e 30 de janeiro de 2015. Essas reuniões tiveram como objetivo discutir o assunto com os operadores dos direitos de adolescentes e jovens do sistema socioeducativo, os profissionais dos sistemas de ensino e do sistema socioeducativo.

Em um processo de escuta mais ampla, foram promovidas também audiências públicas em São Luís, MA, em 8 de maio de 2014, em Recife, PE, em 8 de abril de 2015, e em

adolescentes e os coloca numa relação peculiar com o mundo, com os territórios e com os coletivos sociais com os quais se relaciona e os constitui.

Por fim, importa destacar, que não cabe traçar um perfil reducionista desses sujeitos, mas avançamos para uma concepção mais complexa sobre os mesmos, e, sobretudo, ampliar a concepção observando outros aspectos que o conformam. Em especial, apontar para uma visão de ser em desenvolvimento, passível de transformações em sua trajetória pessoal e social.

7. Professores que atuam no sistema socioeducativo

A educação é uma prática social voltada à constituição das novas gerações que ocorre a partir da apropriação de um conjunto de tradições, ideias, normas e valores partilhados pela cultura. Dessa maneira, o processo de formação das pessoas é fruto de interações e de relações interpessoais que ocorrem em muitos lugares: na família, no trabalho, na igreja, na escola e em todas as instituições que buscam contribuir para o desenvolvimento humano.

No que diz respeito à escola, um espaço institucional de produção e de disseminação do saber historicamente produzido pela humanidade, é particularmente importante o papel dos professores, os agentes principais do processo de educação escolar. A eles é atribuída grande parte da responsabilidade por uma educação escolar de qualidade social, a qual está voltada para a formação para a cidadania e para a transformação da realidade, conquistada por meio do desenvolvimento das dimensões cognitivas, culturais, antropológicas, econômicas e políticas dos estudantes.

Nesse contexto, o professor da Educação Básica tem sido tema frequente nas discussões empreendidas no campo educativo. A formação (inicial e continuada) e a atuação profissional, ambas intimamente articuladas no desenvolvimento do perfil profissional docente, têm sido particularmente colocadas em discussão. Cada vez com mais frequência o termo perfil vem sendo utilizado em diferentes contextos e adotado para se referir a distintas caracterizações, especialmente de ordem socioeconômica (faixa etária, gênero, renda, condição social e econômica etc.). No âmbito da Educação Básica, por exemplo, o termo perfil tem sido bastante adotado nos estudos relativos aos professores.

Nessa direção, pesquisas e censos têm contemplando características sociais, econômicas e profissionais no mapeamento do perfil dos docentes. A partir de dados do Censo Escolar de 2007⁹, o professor brasileiro é do gênero feminino, tem em média 30 anos de idade e escolaridade de nível superior, principalmente em pedagogia ou ciência da educação. Leciona, predominantemente, a disciplina Língua/Literatura Portuguesa, trabalha em apenas uma escola urbana e é responsável por uma turma que tem, em média, 35 alunos. O Censo da Educação Básica de 2013¹⁰ acrescenta que o nível de formação dos professores melhora de acordo com a etapa de atuação do professor na Educação Básica, ou seja, 60% dos professores da Educação Infantil são formados em nível superior, enquanto 86,8% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental tem nível superior.

Apesar de o termo perfil ser frequentemente referido a um conjunto de informações socioeconômicas, também se refere à definição e sistematização de um conjunto de características e competências desejáveis a determinado profissional. Nessa direção, tratar do perfil profissional do professor implica explorar questões relativas à identidade profissional docente e as especificidades da sua atuação na mediação dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes. No caso da socioeducação, especificidades que estão

⁹ INEP. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília: Inep, 2009.

¹⁰ INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2013: os novos caminhos. Brasília: INEP, 2014.

Desdobramentos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2016⁽¹⁾

Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto na alínea “t” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95 e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 8/2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 11 de maio de 2016:

CONSIDERANDO as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, adotadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 14 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDO a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012, que define as Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam definidas, por meio desta Resolução, as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Art. 2º Compreende-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente que possuem como objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu Plano Individual de Atendimento (PIA); e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença



CAPÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 19 Aos profissionais que atuam com adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo, em especial aos que trabalham em unidades de internação, devem ser garantidas condições adequadas de trabalho, com especial atenção à saúde e segurança, formação contínua e valorização profissional.

Art. 20 Os docentes que atuam nos espaços de privação de liberdade devem, prioritariamente, pertencer aos quadros efetivos dos órgãos próprios dos sistemas de ensino.

Art. 21 Nos cursos de formação inicial e continuada desses profissionais devem ser incluídos conteúdos sobre direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, bem como sobre os processos de escolarização de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

Art. 22 A Educação em Direitos Humanos deve ser componente curricular obrigatório nos cursos de formação inicial e continuada destinados a esses profissionais.

Art. 23 Os cursos de formação de professores devem garantir nos currículos, além dos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Parágrafo único Os profissionais que trabalham nas proximidades das unidades de internação ou em instituições conveniadas devem receber formação que lhes habilitem para eventuais atendimentos educacionais a adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

CAPÍTULO VIII DOS EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Art. 24 Aos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo deve ser garantida a continuidade de seu atendimento educacional, mantido o acompanhamento de sua frequência e trajetória escolar pelas instituições responsáveis pela promoção de seus direitos educacionais.

§ 1º Aos adolescentes e jovens que tenham perdido o vínculo com sua escola de origem deve ser proporcionado o regresso à mesma ou a outra escola de sua comunidade, desde que não implique em risco para si e sempre respeitado seu interesse.

§ 2º Deve ser possibilitada a continuidade ou a reinserção em cursos de Educação Profissional e a permanência em programas educacionais específicos nos quais os adolescentes e jovens já estejam inseridos.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO ALVES

⁽¹⁾ Resolução CNE/CEB 3/2016. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2016, Seção 1, p. 6.



Sumário

Docência na Socioeducação: a experiência de um processo de formação continuada

Organizadora
Cynthia Bisinoto

Sobre as autoras	7
Apresentação <i>Mauro Luiz Rabelo</i>	11
Introdução Sobre o curso <i>Docência na Socioeducação</i> e os indicadores para análise. <i>Cynthia Bisinoto</i>	13
Capítulo 1 Ser professor(a) na socioeducação: rede de sentidos e significados. <i>Cynthia Bisinoto</i>	19
Capítulo 2 Descortinando narrativas de professores sobre adolescentes e socioeducação: desafios para a ação socioeducativa. <i>Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira, Dayane Silva Rodrigues e Nilcea Moreno Silva</i>	55
Capítulo 3 Docência e Direitos Humanos: articulação necessária à socioeducação. <i>Natalia de Souza Duarte e Cláudia Marins de Souza</i>	89
Capítulo 4 Socioeducação e perspectiva pedagógica: uma leitura da realidade a partir do olhar de professores. <i>Candida de Souza</i>	119
Capítulo 5 Processo de escolarização na socioeducação: um encontro possível na garantia dos direitos dos adolescentes. <i>Rosilene Beatriz Lopes</i>	147
Capítulo 6 Refletindo sobre o sucesso escolar na perspectiva dos docentes da socioeducação. <i>Natalia de Souza Duarte e Lígia Carvalho Libâneo</i>	185
Reflexões Finais Potencialidades do processo de formação continuada de professores na Socioeducação. <i>Cynthia Bisinoto</i>	217

SER PROFESSOR(A) NA SOCIOEDUCAÇÃO: REDE DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Cynthia Bisinoto

"O que é ser professor(a) na socioeducação?"

- ✓ A função social da escola na promoção do desenvolvimento humano e da cidadania
- ✓ Conexões e especificidades entre a função da escola e a dimensão pedagógica da socioeducação
- ✓ Explorando os sentidos e os significados sobre a docência na socioeducação
 - ✓ *O processo de constituição da identidade de professor(a)*
 - ✓ *A influência do contexto socioeducativo na constituição da docência*
 - ✓ *O papel das concepções de desenvolvimento na prática pedagógica*
 - ✓ *“penso que na prática ainda somos fortemente influenciados pelas concepções inatistas e ambientalistas. Percebo isso quando tendemos a dar a responsabilidade pela não aprendizagem ao aluno ou ao meio onde vive, sem refletir profundamente sobre isso. Poucas vezes relacionamos a não aprendizagem com nossa ação pedagógica”. (RS)*
 - ✓ *O compromisso com os processos de aprendizagem e de desenvolvimento*



CURSO de DOCÊNCIA na SOCIOEDUCAÇÃO

docenciasocioeducacaounb@gmail.com

<http://docenciasocioeducacaounb.wordpress.com/>

Cynthia Bisinoto
Faculdade UnB Planaltina
Universidade de Brasília
cynthia@unb.br

